



PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL E INTERSETORIAL

Fabrcio Vieira Cavalcante ¹

RESUMO

O Programa Saúde na Escola (PSE) é essencial para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino. O presente trabalho teve como objetivo relatar a experiência de uma escola de educação básica da rede pública da Capital do Brasil que tem o programa PSE implementado. Para isso, utilizou-se uma metodologia qualitativa exploratória por meio de um relato de experiência e sistematização de evidências da literatura vigente. O estudo evidenciou que a população escolar se interessa pelos assuntos do PSE principalmente da temática relacionada com o racismo com foco no racismo institucional, notou-se que esse problema ainda é um desafio durante o processo de aprendizado, sendo necessária a compreensão de que a diversidade precisa ser um fator de agregação e não de segregação e que o silenciamento frente a uma situação de preconceito, discriminação faz com que as pessoas sejam conviventes e não busquem estratégias para o enfrentamento desse problema. Assim, mesmo com o desenvolvimento de leis e iniciativas muito importantes para superar o racismo como o sistema de cotas para negros nas universidades, o Brasil ainda sofre muito com as diferenças raciais e isso se tornou revoltante depois do depoimento de algumas pessoas negras que estavam participando da discussão, mostrando o quão gritante ainda é a discriminação e como ainda falta muito para ser abolida completamente.

Palavras-chave: Programa Saúde na Escola, Educação Básica, Promoção da Saúde, Política Nacional de Educação na Saúde.

INTRODUÇÃO

As experiências voltadas para promoção da saúde no contexto escolar possibilitam que os trabalhadores da saúde e da educação amplifiquem o seu potencial de atuação e reflexão e ajudam a superarem as ações sem perder as suas especificidades. E dada à complexidade das necessidades da população, essas atitudes de programações como o Programa Saúde na Escola (PSE) são benéficos para a ampliação dos conhecimentos com outros setores, e o repasse deles para aqueles que ainda estão em formação. Agrega, valoriza e valida às questões

¹ Graduado em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília –UNB , Graduado em Fisioterapia pelo Centro Universitário Planalto do Distrito Federal- UNIPLAN e Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Brasília – UnB, fabricaoavalcante@gmail.com;



comportamentais e principalmente sociais, alcançando assim, a melhoria da qualidade de vida da população (DA SILVA SANTOS et al., 2019).

O PSE contribui para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos à saúde e atenção à saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens da rede pública de ensino e à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos (SUGAWARA, 2016).

Também, o público beneficiário do PSE são os estudantes da Educação Básica, gestores e profissionais de educação e saúde, comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) (BRASIL, 2007).

As ações de educação e saúde do PSE ocorrerão nos territórios pactuados entre os gestores municipais de educação e de saúde definidos segundo a área de abrangência das Equipes de Saúde da Família (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002), tornando possível a interação entre os equipamentos públicos da saúde e da educação (escolas, centros de saúde, áreas de lazer como praças, ginásios esportivos e entre outros). As ações do PSE devem estar pactuadas no projeto político-pedagógico das escolas. Esse planejamento deve considerar: o contexto escolar e social e o diagnóstico local de saúde do educando (BRASIL, 2007).

A Rede Juventude Viva tem como intuito ser uma plataforma de diálogo, interação e mobilização entre os diferentes atores que atuam na promoção de direitos da juventude, igualdade racial e enfrentamento à violência contra a juventude negra, visto que, o homicídio é a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados mostram que mais da metade (53,3%) dos 49.932 mortos por homicídios em 2010 no Brasil eram jovens, dos quais 76,6% negros (pretos e pardos) e 91,3% do sexo masculino (ARAÚJO, 2014).

Construído por meio de um processo amplamente participativo, reúne ações de prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema (DONATO, 2014).



A Rede Juventude Viva constitui uma oportunidade histórica para enfrentar a violência, problematizando a sua banalização e a necessidade de promoção dos direitos da juventude. Além das ações voltadas para o fortalecimento da trajetória dos jovens e transformação dos territórios, busca promover os valores da igualdade e da não discriminação, o enfrentamento ao racismo e ao preconceito geracional, que contribuem com os altos índices de mortalidade da juventude negra brasileira. Trata-se de um esforço inédito do conjunto das instituições do Estado para reconhecer e enfrentar a violência, somando esforços com a sociedade civil para a sua superação, tendo sua implementação nos Estados da Bahia, Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e Região Metropolitana e no município de São Paulo (DONATO, 2014).

Além disso, a importância das experiências de promoção da saúde como comportamentos saudáveis e também a ação participativa de cada ator em determinado cenário traduzem-se em práticas que objetivam a vontade de mudar, de fazer algo, produzindo novos sentidos para as experiências vividas, e consiste em propiciar um espaço de participação em que todos aprendem e ensinam, reformulam concepções e produzem novos conhecimentos. As dinâmicas grupais favorecem a expressão dos participantes, permitindo a valorização das suas opiniões e o diálogo com o saber técnico-científico na busca comum de um pensamento sem discriminação e preconceitos (DONATO, 2014).

Para todo o desenvolvimento de uma nova ação para a equidade racial, é necessário que eixos da promoção da saúde sejam realizados, como da cidade saudável que é aquela que enfatiza a saúde de seus habitantes dentro de uma ótica ampliada de qualidade de vida, que garante o acesso à cidadania (WESTPHAL et al., 2000). A saúde da população está, portanto, intrinsecamente ligada a áreas como saneamento, habitação, emprego, educação, lazer e transporte, e impõe respostas que requerem o envolvimento de distintos atores (BUSS et al., 2007).

A participação no processo de construção de Cidades Saudáveis significa uma postura ativa de envolvimento e co-responsabilidade dos diversos saberes, setores técnicos e segmentos sociais da população na discussão dos problemas da cidade e na tomada de decisão sobre as formas de enfrentamento dos mesmos, construindo, dessa forma, um projeto mais ampliado e real para a cidade. Além disso, é a participação que dá legitimidade política e social a esse projeto e através desta participação, pretende-se aumentar a consciência das pessoas acerca desses problemas, em um contínuo exercício de construção de cidadania. Ao se democratizar a decisão e a gestão da cidade, para a própria população construir uma nova forma de governar a cidade de forma saudável (ADRIANO, et al., 2000).



A proposta de cidades saudáveis é uma estratégia de operacionalização da promoção da saúde no nível local. O seu objetivo maior é a melhoria da qualidade de vida da população. Assim, a conquista de uma vida com qualidade não passa apenas pela saúde, mas pela interação das diversas políticas sociais. Isso só é possível através da intersetorialidade (WESTPHAL et al., 2000).

Além disso, a alimentação e a nutrição constituem requisitos básicos para a promoção e a proteção da saúde, possibilitando a afirmação plena do potencial de crescimento e desenvolvimento humano, com qualidade de vida e cidadania (FERREIRA et al., 2007). A alimentação saudável não se delimita enquanto uma “receita” pré-concebida e universal para todos, pois deve respeitar alguns atributos coletivos específicos e individuais impossíveis de serem massificados. Contudo, identificam-se alguns princípios básicos que devem reger esta relação entre as práticas alimentares e a promoção da saúde e a prevenção de doenças (PINHEIRO et al., 2005).

No decorrer da história, as práticas alimentares também sofreram alterações a luz dos modelos de desenvolvimento sócio – econômico dos países. A transição nutricional é um processo de modificações sequenciais de perfil nutricional, condicionado pelas possibilidades de escolha e seleção de alimentos que determinam o padrão alimentar de grupos populacionais. Assim, as mudanças sócio-econômicas e demográficas, influenciam no modo de viver, adoecer e morrer (processo saúde-doença) das populações (PINHEIRO et al., 2005).

O grande desafio na formulação e implementação de uma estratégia para a promoção de uma alimentação saudável passa, portanto, necessariamente, por torná-la viável em um contexto onde os papéis, os valores e o sentido de tempo estão em constante mudança.

Para promover a cultura de paz, os diferentes atores sociais envolvidos nesse processo precisam pensar e atuar em dois níveis: micro e macro. O nível micro está relacionado às atitudes, relações e comportamento pessoais de cada indivíduo, enquanto que o nível macro refere-se aos processos sociais, às estratégias de mudança coletiva e à criação de programas e políticas públicas condizentes com os valores da paz. Este último exige qualificação, experiência e capacidade de articulação e integração entre todos os setores da sociedade (MILANI, 2003; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

O envolvimento do sistema educacional nesse processo é imprescindível. A escola possui um papel importante na formação intelectual e moral das novas gerações e tem a capacidade de promover o desenvolvimento de habilidades e mudança de hábitos de vida. São,



ainda, espaços privilegiados para trabalhar com a juventude a questão da violência, dado que os jovens são protagonistas de vários conflitos neste espaço, ao mesmo tempo em que é possível discutir e mudar ali mesmo conceitos e atitudes (BOTH, 2006).

Segundo Milani (2003), violência e escola estão intimamente ligadas. A dinâmica relacional e organizacional estabelecida no ambiente escolar vai influenciar o comportamento de alunos, professores e da comunidade do entorno. Um ambiente escolar violento, por exemplo, prejudica a capacidade de aprendizagem, o que aumenta a chance de fracasso escolar e influencia a autoestima dos alunos, podendo gerar comportamentos agressivos e violentos. Nesse sentido, há escolas que contribuem para a formação de cidadãos e a prevenção da violência, enquanto outras reforçam princípios como o da exclusão, violência e marginalização.

Em todos os aspectos, trabalhar no sentido de prevenir a violência e promover a cultura da paz, implica em sensibilizar, capacitar e treinar profissionais e cidadãos de todas as áreas sociais para a construção de iniciativas e projetos voltados para a superação da violência, além de incentivar o fortalecimento da rede de apoio às pessoas em situação ou risco de violência.

A relevância deste trabalho é explicada por tratar de um assunto que merece ser discutido e analisado no que diz respeito às possíveis formas de tentar solucionar ou ao menos reduzir o racismo institucional, um mal que tem propiciado sérias consequências no processo de ensino-aprendizagem de alunos que por vezes, acabam sendo vítimas de outros que compõe grupos étnicos raciais diferentes dos seus e se acham superiores, a ponto de cometer essa injúria social denominada racismo.

O assunto discutido justifica devido a crescente prática de racismo na população no âmbito escolar, sendo que um dos motivos que poderiam ser apontados é o legado histórico da discriminação sobre os negros, provindos de relações escravistas que ocorreram no passado e ainda é visto na atualidade como um estigma que recai sobre eles. O racismo, por vezes, impossibilita ou dificulta a entrada de vários indivíduos na escola, além do que, diversos que sofrem de preconceitos ou discriminação racial acabam não tendo uma educação de qualidade, pois ainda existem escolas em que é visto diferenciação dos alunos negros por parte de educadores e até dos próprios estudantes.

Com isso, os objetivos deste trabalho são incentivar, desenvolver atitudes de compreensão para com a diversidade étnico-racial, valorizar a contribuição das diferentes culturas para a formação da sociedade (índio, negro, europeu e oriental) e promover atitudes de respeito e cidadania para com a diversidade étnica.



METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados para coletar os dados foram por meio de entrevistas realizadas num ambiente escolar com uma diversidade de pessoas entre essas os profissionais da área da saúde, educadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal, alunos da rede pública de ensino, acadêmicos da Universidade de Brasília-UnB, moradores do Itapoã, representantes do programa Juventude Viva. A análise documental foi realizada através da sistematização dos documentos e materiais escritos.

O evento estava organizado em um horário pré-estabelecido das 9h às 12:00 horas, no turno matutino e das 14 às 17 horas no turno vespertino. Nas salas aconteceram várias rodas de conversa com diversos temas entre eles: equidade racial, atividade física e práticas corporais, equidade racial, prevenção da violência e estímulo à cultura da paz e alimentação saudável, patrimônio cultural.

Além disso, para a sistematização do evento foram utilizados mecanismos de registro como: Gravações de áudios, filmagens e fotos através de câmeras e gravadores. Utilizamos o diário de campo para sistematização das ideias por meio da escrita como uma maneira de organizar os fatos ocorridos no local, os mesmos serão disponibilizados por meio de uma apresentação oral e escrita onde não será disponibilizado os nomes dos participantes que relataram suas experiências do cotidiano na roda de conversa em que estávamos.

Na perspectiva de obter um amplo conhecimento a respeito do tema racismo institucional, assim como dos eixos da promoção da saúde foram pesquisados referências teóricas a respeito dos temas apresentados.

Na sistematização do evento manteve a confidencialidade dos nomes e informações fornecidas pelos participantes, para garantia do resguardo dos informes chave e dos dados debatidos no evento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade foi um encontro do Programa Saúde na Escola e Promoção da Equidade Racial, tendo como foco a integração entre profissionais de diversas áreas de atuação com moradores da cidade do Paranoá, especificamente do Itapoã que foi o local onde ocorreu o evento, a programação do mesmo buscou contribuir para o conhecimento dos ouvintes do local por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, visando a diminuição da



vulnerabilidade. Foram utilizadas rodas de conversas para discutir os diversos temas programados, o foco desse trabalho foi o tema do racismo institucional onde foram expostos relatos do cotidiano dos alunos na escola, profissionais de diversas áreas e moradores da comunidade.

A sala com a temática do racismo institucional ficou numerada como sendo a sala dois, coordenada pela professora Ana Marques do CEDIV/SUBEB, as rodas de conversas foram divididas em dois turnos tanto no matutino como no vespertino tendo como mediadora da mesma a coordenadora citada.

O público estava concentrado nas informações transmitidas pelos mediadores das rodas, verificou-se o interesse das pessoas nos assuntos ministrados, principalmente nos conteúdos que envolvia o tema racismo. Notou-se que ainda havia dúvidas comuns que rondavam os alunos que estavam presentes no evento como a importância das cotas raciais nas universidades públicas e nos concursos, prendendo-os ainda mais nas informações do evento.

A roda de conversa do turno matutino foi composta por quatorze pessoas com diversos perfis entre eles haviam dois alunos de escolas públicas da região de ambos os sexos, três alunos da Universidade de Brasília-UnB dos cursos de medicina e saúde coletiva de ambos os sexos, uma representante da Secretária Especial da Promoção da Igualdade Racial- SEPIR-DF, três professoras de escolas públicas da região do sexo feminino, três moradores da região e as duas representantes do CEDIV/SUBEB.

Após o término do primeiro momento do evento o chamado Painel Ping Pong com o tema equidade racial, os participantes já tinham uma melhor ideia da roda de conversa que queriam participar. O grupo do tema racismo institucional do qual esse trabalho aborda, esteve localizado na sala dois do prédio da escola pública da cidade Itapuã do Distrito Federal. Após a chegada de todos que se acomodaram nas cadeiras que estavam organizadas em círculo uma maneira dinâmica de todos participarem diretamente da conversa a respeito do assunto proposto. A estratégia que a mediadora da roda de conversa usou para dar início a inserção do assunto foi perguntar para os integrantes do local se alguém sabia o que era e como funcionava o racismo institucional. As pessoas encontravam-se ainda acanhadas, mas logo começaram a expor as suas experiências do cotidiano dando um maior engajamento ao esclarecimento do tema.

No turno matutino as principais questões levantadas foram a respeito: Quando fazemos racismo institucional? O que é o racismo institucional? O racismo institucional ocorre apenas



entre os alunos ou os profissionais também estão envolvidos? Porque as consultas médicas de mulheres negras geralmente duram menos tempo?

Iniciou-se o diálogo com um relato de caso de uma professora da rede pública de ensino do Distrito Federal. Esta relatou que elaborou uma atividade e separou a turma em duplas, uns dos alunos que ela colocou do lado de uma menina não queria fazer dupla com a mesma. Então ela decidiu perguntar o motivo que ele não queria fazer a atividade com a coleguinha e o mesmo falou que era porque ela era negra. A professora que relatou esse fato é negra e falou com o aluno dela se ele gosta de ajudá-la a arrumar as coisas? O aluno disse que sim, então ela disse que a coleguinha dele era igual a ela e ele a questionou dizendo-a que ela não era negra, que era bonita, cheirosa e da cor marrom.

Esse contexto relatado gerou um consenso entre o grupo com a conclusão de que esse relato não é apenas uma fala de uma criança, e sim falas que ela já ouviu no seu cotidiano escolar, social e/ou familiar e interiorizou. Foi debatido em cima disso, a necessidade do profissional negro de se assumir como negro para causar uma admiração nas crianças por estarem em um patamar de educador. Não houve divergência a respeito das informações transmitidas pela mediadora da roda, os participantes estavam com pensamentos semelhantes ao conteúdo exposto pela mesma, onde eles tiveram a oportunidade de expor as ideias e relatos dos seus cotidianos para enriquecer a discussão.

No turno vespertino, a questão debatida foi o tema racismo institucional associado com a religião, e o consenso que foi discutido gerando em uma conclusão de que a diversidade precisa ser um fator de agregação e não de segregação e que o silenciamento frente a uma situação de preconceito, discriminação faz com que as pessoas sejam coniventes e não haja para combater o racismo no âmbito institucional. Para o enfrentamento desse problema, foi levantado algumas sugestões como: formação dos professores, que não se deve trabalhar com o racismo apenas na questão religiosa, mas trabalhar texto de autores negros, conhecer a história da escravidão e saber da importância dos negros na sociedade. Outra questão debatida, é que se deve trabalhar a história afro-brasileira, sendo que ela não pode ser vista apenas pelo lado exótico ou folclórico, assim como contam a história da Grécia, Roma, precisa-se contar toda a história da África.

Além disso, sobre os fatores que facilitaram a realização da roda sobre racismo institucional, na visão do grupo, o que favoreceu a realização da atividade nesse local foi a recepção das pessoas a respeito das informações que estavam sendo levada às mesmas; a comunidade que estava disposta a contribuir no que fosse preciso para uma vida melhor, por



ter tido projetos voltados a comunidade e pelo evento ter ocorrido numa regional de educação, que é uma área institucional privilegiada para a convivência social e para o estabelecimento de relações favoráveis à promoção da saúde. O que desfavoreceu foi a falta de uma maior disponibilização de ônibus, que dificultou a chegada dos estudantes das escolas próximas a região no evento no horário planejado, além de uma maior compreensão dos profissionais do entorno da importância do evento para o crescimento profissional além de uma maior divulgação da atividade na cidade.

A prevenção da violência e promoção da cultura da paz foi utilizado após a constatação do fato que os negros são a maioria das vítimas tanto na violência verbal quanto na violência física, sendo necessário uma atenção específica para mitigar esse problema de saúde pública. O Programa Cidade Saudável foi utilizado através de uma experiência vivida por uma participante do debate, onde uma criança desrespeitava outra na escola por ela ser negra, provando que o preconceito vem de um convívio em uma sociedade arcaica o que interfere diretamente na qualidade de vida de quem é vítima de racismo.

Houve o relato de um caso em que crianças foram prejudicadas na cantina da escola recebendo alimentos inferiores por serem negras e por isso, recorremos ao plano alimentação saudável pois ele visa contribuir para que exista um ambiente promotor da saúde, trabalhando nos determinantes da saúde, em especial no que se refere à alimentação.

Assim, para a continuação da atividade realizada seria necessário contribuir com os organizadores que estavam no local por meio de uma resposta dos benefícios que os compartilhamentos dos conhecimentos proporcionaram para o crescimento tanto pessoal como profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência no PSE foi bastante significativa visto que há uma maior facilidade de aprendizado quando executamos na prática o que foi aprendido na teoria. Haja vista, que mesmo com o desenvolvimento de leis e iniciativas muito importantes para superar o racismo como o sistema de cotas para negros nas universidades, o Brasil ainda sofre muito com as diferenças raciais e isso se tornou revoltante depois do depoimento de algumas pessoas negras que estavam participando da discussão, mostrando o quão gritante ainda é a discriminação e como ainda falta muito para ser abolida completamente. Por isso é de extrema importância continuar investindo nas políticas públicas que garantem os direitos dessa população, além de



conscientizar as pessoas com debates e palestras, para que todos possam se mover contra o racismo

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Jaime Rabelo et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida?. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, p. 53-62, 2000.

ARAÚJO, Artur Antônio dos Santos. Intersetorialidade e interseccionalidade: gestão do Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra. 2014.

BOTH, Agostinho. Escola, currículo, qualidade de vida e integração de gerações. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, v. 3, n. 2, 2006.

BRASIL. Decreto n. 6286, de 5 de Dezembro de 2007- Institui o Programa Saúde na Escola- PSE. **Diário da República, 1ª série - nº 116**, n. Pdr 2020, p. 3901–3902, 2007.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 17, p. 77-93, 2007.

DA SILVA SANTOS, Lúcia De Fátima et al. A Escola como Dispositivo Social de Promoção da Saúde. **Revista FSA**, v. 16, n. 2, 2019.

DONATO, Cássia Reis. Plano Juventude Viva: caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil. 2014.

FERREIRA, Fernanda Ranña. **A prevenção da violência e promoção da cultura de paz: o papel da saúde pública**. 2012.

FERREIRA, Vanessa A.; MAGALHÃES, Rosana. Nutrição e promoção da saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 1674-1681, 2007.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saude publica**, v. 18, p. S57-S65, 2002.

MILANI, F. Cultura de paz x violência. **Papel e desafios da escola**. In: Milani, F. & R. Jesus (Eds.), **Cultura de paz: Estratégias, mapas e bússolas**. Salvador: INPAZ, p. 31, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência. 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. As Cartas de Promoção da Saúde. Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2002.

PINHEIRO, A.; RECINE, E.; CARVALHO, M. F. O que é uma alimentação saudável: considerações sobre o conceito, princípios e características: uma abordagem ampliada. **Ministério da Saúde, Brasília**, 2005.

SUGAWARA, Marisa Mitsue Mihara. Inserção do agente comunitário de saúde em ações de saúde do Programa Saúde na Escola. 2016.



**Educação como (re)Existência:
mudanças, conscientização e
conhecimentos.**

15, 16 e 17 de outubro de 2020

Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso - Maceió-AL

WESTPHAL, Marcia Faria; MENDES, Rosilda. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 47-61, 2000.